



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

10 de agosto

de 2021

Acusado de homicídio é condenado a 19 anos de prisão em Paço do lumiar

O juiz Carlos Roberto de Paula, titular da 2ª Vara de Paço do Lumiar, termo judiciário da Comarca da Ilha, presidiu no último dia 5 uma sessão do Tribunal do Júri na unidade judicial. No banco dos réus, Ricardo Nunes Moraes, que estava sendo julgado pelo crime de homicídio que teve como vítima Matheus Lima Soares. Ao final, ele foi considerado culpado pelo Conselho de Sentença, recebendo a pena definitiva de 19 anos e nove meses de prisão.

Formado o Conselho de Sentença, foi realizada a instrução, tendo as partes sustentado oralmente as suas alegações na forma de debates. O **promotor de Justiça** Franck Teles de Araújo requereu a condenação do acusado, pela prática do crime de homicídio qualificado, com a incidência da agravante do recurso que impossibilitou a defesa da vítima. A defesa, representada pelo advogado Ítalo Gustavo Leite, requereu a absolvição do réu, por negativa de autoria, e, alternativamente, por insuficiência de provas.

Na sala secreta, após leitura e explicação dos quesitos, conforme termo de votação que consta na própria ata, os jurados, por maioria de votos, reconheceram a materialidade e a autoria, bem como a incidência da qualificadora, negando a absolvição do réu. Ricardo Nunes deverá cumprir a pena, inicialmente, em regime fechado.

O CASO

Consta na denúncia do caso que, na data de 1º de outubro de 2019, Ricardo Nunes, em companhia de Derick Costa, teria ceifado a vida de Matheus Soares, com quatro disparos de arma de fogo. O crime ocorreu na Quadra Poliesportiva da Vila Cafeteira. Segundo o inquérito, no dia do crime, o denunciado Ricardo estava dirigindo um veículo S10 e teria colidido com um carro da CEMAR. Algumas pessoas se aproximaram para ver o acidente, entre as quais a vítima Matheus Lima.

Nesse instante, Ricardo e Matheus discutiram sobre o acidente, tendo o denunciado perguntado à vítima se ela não tinha medo de morrer. Pela tarde, numa invasão próxima à Vila Cafeteira, Ricardo tentou matar Matheus, que conseguiu correr em direção a uma aglomeração de pessoas e escapou. Na parte da noite, quando a vítima estava próxima à quadra de

esportes, foi localizada por Derick, enteado de Ricardo. Momentos depois, Ricardo chegou e, segundo testemunhas, teria disparado quatro vezes contra Matheus, fugindo em seguida na garupa de uma motocicleta pilotada por Derick.

Conforme informações da polícia, os dois homens seriam integrantes de uma facção criminosa. Além do juiz, que presidiu a sessão, atuaram no julgamento o promotor Franck Teles de Araújo, na acusação, e Ítalo Gustavo Leite, advogado que atuará na defesa dos réus. O outro homem, Derick Costa, não foi pronunciado a júri. O júri foi no Fórum Tácito Caldas, no Maiobão. A pauta de sessões do Tribunal do Júri na unidade judicial segue nos dias 12 de agosto e 2 de setembro.

Site: <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/10082021>

Justiça determina desocupação de áreas de residencial em Imperatriz

A pedido do **Ministério Público** do Maranhão, a Justiça concedeu liminar determinando a desocupação das áreas públicas do Conjunto Residencial Teotônio Vilela, em Imperatriz. A decisão, proferida na quinta-feira, 5, foi provocada por uma **Ação Civil Pública** proposta pelo titular da 3ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente de Imperatriz, Jadilson Cirqueira.

O **Ministério Público** propôs a ação contra o Município de Imperatriz e mais de 50 pessoas para combater as ocupações ilícitas no Residencial Teotônio Vilela I e II, do projeto Minha Casa Minha Vida. Apesar do processo de invasão, o Poder Público Municipal não tomou medidas eficazes para solucionar o problema.

De acordo com investigações do **MPMA**, as áreas públicas invadidas são destinadas à construção de praças, escolas, postos de saúde e espaços verdes e institucionais.

Ainda de acordo com os fatos investigados pelo **MPMA**, a situação engloba outros delitos, tais como furto de água, energia, além da prática de diversos crimes, a exemplo do tráfico de drogas, porte de armas, vandalismo, dentre outras infrações penais.

DESOCUPAÇÃO Os locais que devem ser desocupados, de acordo com a decisão, são as invasões clandestinas e ilegais iniciadas na entrada do Conjunto Residencial, com limite para a Av. Baima Júnior (estrada para a UFMA), nas duas grandes áreas públicas de frente, denominadas de quadras comerciais, até os limites com a Rua Leste Oeste e Av. Norte Sul 01, com área total de 7.878,36 m².

Nos argumentos, a decisão fundamenta que a situação de vulnerabilidade social não é exclusiva do grupo de pessoas que invadiram o terreno público e que as carências são um problema de todos os entes federados. Portanto, é indevida a intervenção judicial que permita a permanência destas pessoas no Residencial Teotônio Vilela, pois inúmeras outras famílias sofrem com as mesmas necessidades e aguardam políticas públicas que atendam às pessoas igualmente.

A justiça autorizou o cumprimento imediato da desocupação mediante o uso de força policial,

designando o 14º Batalhão de Polícia Militar, e o apoio logístico do Município de Imperatriz por meio das Secretarias de Infraestrutura, Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Defesa Civil, além da intervenção das concessionárias de serviço público (Caema e Equatorial Energia), para que interrompam as ligações clandestinas de água e energia elétrica).

A pena para quem desobedecer à liminar é de multa individual e diária de R\$ 2 mil, limitada a 60 dias, sem prejuízo da imposição de outras sanções ou penalidades legais, para cada invasor identificado. Caso haja aplicação de multa, o valor será destinado ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos.

Justiça determina desocupação de áreas públicas do Residencial Teotônio Vilela

A pedido do **Ministério Público** do Maranhão, a Justiça concedeu liminar determinando a desocupação das áreas públicas do Conjunto Residencial Teotônio Vilela, em Imperatriz.

A decisão, proferida na quinta-feira, 5, foi provocada por uma **Ação Civil Pública** proposta pelo titular da 3ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente de Imperatriz, Jadilson Cirqueira.

O **Ministério Público** propôs a ação contra o Município de Imperatriz e mais de 50 pessoas para combater as ocupações ilícitas no Residencial Teotônio Vilela I e II, do projeto Minha Casa Minha Vida. Apesar do processo de invasão, o Poder Público Municipal não tomou medidas eficazes para solucionar o problema.

De acordo com investigações do **MPMA**, as áreas públicas invadidas são destinadas à construção de praças, escolas, postos de saúde e espaços verdes e institucionais.

Ainda de acordo com os fatos investigados pelo MPMA, a situação engloba outros delitos, tais como furto de água, energia, além da prática de diversos crimes, a exemplo do tráfico de drogas, porte de armas, vandalismo, dentre outras infrações penais.

DESOCUPAÇÃO Os locais que devem ser desocupados, de acordo com a decisão, são as invasões clandestinas e ilegais iniciadas na entrada do Conjunto Residencial, com limite para a Av.

Baima Júnior (estrada para a UFMA), nas duas grandes áreas públicas de frente, denominadas de quadras comerciais, até os limites com a Rua Leste Oeste e Av. Norte Sul 01, com área total de 7.878,36 m².

Nos argumentos, a decisão fundamenta que a situação de vulnerabilidade social não é exclusiva do grupo de pessoas que invadiram o terreno público e que as carências são um problema de todos os entes federados. Portanto, é indevida a intervenção judicial que permita a permanência destas pessoas no Residencial Teotônio Vilela, pois inúmeras outras famílias sofrem com as mesmas necessidades e aguardam políticas públicas que atendam às pessoas igualmente.

A justiça autorizou o cumprimento imediato da desocupação mediante o uso de força policial, designando o 14º Batalhão de Polícia Militar, e o apoio logístico do Município de Imperatriz por meio das Secretarias de Infraestrutura, Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Defesa Civil, além da intervenção das concessionárias de serviço público (Caema e Equatorial Energia), para que interrompam as ligações clandestinas de água e energia elétrica).

A pena para quem desobedecer à liminar é de multa individual e diária de R\$ 2 mil, limitada a 60 dias, sem prejuízo da imposição de outras sanções ou penalidades legais, para cada invasor identificado.

Caso haja aplicação de multa, o valor será destinado ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos. (Iane Carolina/ CCOM-**MPMA**)

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/343/20210810.pdf>

Ministério Público e Polícia Civil desarticulam quadrilha que fraudou Banco do Brasil em meio milhão de reais

Uma investigação realizada pelo **Ministério Público** do Estado do Maranhão, por meio da 5ª Promotoria Especializada de Timon, e pela Polícia Civil do Maranhão, por meio do 1º Departamento de Combate à Corrupção de Timon, resultou na desarticulação de organização criminosa responsável pelo desvio de mais de meio milhão de reais dos cofres do Banco do Brasil.

Durante as investigações, ficou constatado que alguns integrantes do esquema realizaram movimentações financeiras suspeitas, incompatíveis com suas rendas. O esquema consistia na liberação fraudulenta de pagamentos de consórcios de serviços oferecidos pela instituição financeira, mediante apresentação de notas fiscais falsas.

A estrutura criminosa contava ainda com um esquema para escoar o dinheiro proveniente das liberações fraudulentas, por meio de contas de empresas previamente constituídas com essa finalidade.

De acordo com as investigações do **Ministério Público**, o esquema criminoso contava com a participação de funcionários do Banco do Brasil que tinham acesso aos sistemas para inclusão de informações e dados e a consequente liberação dos pagamentos. Os funcionários facilitavam os pagamentos de consórcios contratados por cônjuges, parentes próximos e conhecidos.

Após a conclusão das investigações, o **Ministério Público** ofereceu Denúncia contra 10 pessoas pelos crimes de Organização Criminosa, Lavagem de Dinheiro e Peculato.

Entre os denunciados estão três funcionários do Banco do Brasil e um ex-funcionário da mesma instituição.

Além da Denúncia criminal, o **Ministério Público** requereu, ainda, o afastamento dos funcionários de suas atividades no Banco do Brasil, justificando com a possibilidade de reiteração das condutas e novos danos ao patrimônio da instituição financeira. (Redação: CCOM-**MPMA** com informações da SSP/MA)

Site:

<https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/343/20210810.pdf>

Pela primeira vez no Maranhão, todos os municípios fazem adesão ao Selo Unicef

Ao aderir ao Selo Unicef, municípios assumem o compromisso de desenvolver ações estratégicas voltadas às crianças.

Prefeitos e prefeitas de todo o Maranhão concluíram o processo de adesão ao Selo Unicef (2021-2024) neste último domingo (8). A estratégia do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) incentiva a implementação de políticas públicas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por meio de uma metodologia intersetorial nos municípios.

No Maranhão, a implementação do Selo UNICEF é encorajada por meio dos compromissos firmados pelo Unicef com o Governo do Estado do Maranhão, além do parceiro implementador, o Instituto Formação - Centro de Apoio à Educação Básica (FCAEB), e do apoio institucional da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), do **Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA)** e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

De acordo com Ofélia Silva, chefe do escritório do Unicef no Maranhão, o alcance de 100% de adesão no estado é a primeira conquista maranhense nesta nova edição do Selo Unicef, resultado de um esforço conjunto.

"Ter 216 municípios maranhenses fazendo parte do Selo Unicef é algo inédito. A parceria com o Governo do Estado do Maranhão assegurou que a gente tivesse uma equipe fantástica de pessoas de todas as secretarias de estado, que trabalham nas regionais, juntando-se a nós na mobilização, com dedicação, com suas habilidades e competências", afirma Ofélia Silva. "O resultado vem de um esforço coletivo institucional e esta conquista merece ser celebrada por todos do Maranhão", completou.

Com a adesão à iniciativa, os municípios passam a ser acompanhados pelas equipes do Unicef e do parceiro implementador, o Instituto Formação, para a realização de ações que visam melhorar a vida de crianças e adolescentes no estado. Ao longo de quatro anos, as gestões municipais terão acesso a formações, conteúdos programáticos, acompanhamento de seus indicadores sociais e de planos de ação municipais. Desse modo, a metodologia estratégica visa o fortalecimento de políticas públicas que gerem resultados sistêmicos,

além do monitoramento e a avaliação dos resultados.

"As atividades já começam nas próximas semanas. Até o final deste ano, vamos realizar as primeiras capacitações, atividades de monitoramento, trabalhos com a Busca Ativa Escolar e preparação para o engajamento de adolescentes, jovens e lideranças dos municípios no planejamento municipal", relata Ofélia Silva. "Estaremos juntos com os municípios trabalhando na colaboração com toda a rede municipal de educação, de assistência social, de saúde, coletivo de adolescentes e jovens e todas as lideranças sociais", concluiu.

Para as capitais, o Unicef possui um programa específico, que é a Plataforma dos Centros Urbanos. Sendo assim, São Luís participará da Plataforma dos Centros Urbanos (que abrirá as inscrições em breve) e os demais 216 municípios do Maranhão do Selo Unicef.

Parceria

Em 2017, o governador Flávio Dino criou o Comitê Estadual de Apoio Técnico aos Municípios para certificação do Selo Unicef (Ceatam), por meio do Decreto nº33.113, com a finalidade de apoiar e incentivar os municípios a participarem do Selo. Integram este comitê as Secretarias de Estado: de Governo (Segov), da Saúde (SES), do Desenvolvimento Social (Sedes), da Educação (Seduc), das Políticas Públicas (Seepp), dos **Direitos Humanos** e Participação Popular (Sedihipop) e de **Relações Institucionais (SRI)**.

Para Marcos Pacheco, secretário de Estado de Políticas Públicas e articulador estadual do Selo Unicef, a união de todos para que os municípios maranhenses façam parte deste programa é em prol de um único objetivo: a melhora na qualidade de vida das crianças maranhenses. "Progressivamente o Maranhão tem melhorado a condição social de suas crianças. Não é da noite para o dia, mas é no dia a dia da educação, da saúde e da assistência que vamos avançando e cuidando da cidadania do amanhã", explicou Pacheco.

Já Erlanio Xavier, presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), destaca que o Selo Unicef é uma iniciativa muito importante

que estimula e reconhece os avanços dos municípios nas políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes. "Por isso, parabenizamos todos os gestores que fizeram adesão à certificação atendendo também a nossa mobilização e incentivo, fazendo o Maranhão alcançar cem por cento de municípios inscritos", comemorou.

Sobre o Selo Unicef

Maior projeto do Fundo das Nações Unidas (Unicef) no Brasil, ao aderir ao novo Selo Unicef, os municípios assumem o compromisso de desenvolver um conjunto de Ações Estratégicas de Políticas Públicas e de Participação Social. Elas têm o objetivo de promover os direitos das crianças e dos adolescentes.

No Maranhão, os municípios contam com o Instituto Formação, parceiro técnico no acompanhamento e monitoramento das atividades. A iniciativa acompanha os quatro anos de gestão municipal, com uma metodologia que inclui o monitoramento de indicadores sociais e a implementação de ações que ajudem o município a cumprir a Convenção sobre os Direitos da Criança, que no Brasil é refletida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), norteados também pela Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

Site: <https://ma98.com.br/2021/08/10/pela-primeira-vez-no-maranhao-todos-os-municipios-fazem-adesao-ao-selo-unicef/>

Todos os municípios do MA fazem adesão ao Selo Unicef

Prefeitos e prefeitas de todo o Maranhão concluíram o processo de adesão ao Selo Unicef (2021-2024) neste último domingo (8). A estratégia do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) incentiva a implementação de políticas públicas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por meio de uma metodologia intersetorial nos municípios.

No Maranhão, a implementação do Selo UNICEF é encorajada por meio dos compromissos firmados pelo Unicef com o Governo do Estado do Maranhão, além do parceiro implementador, o Instituto Formação - Centro de Apoio à Educação Básica (FCAEB), e do apoio institucional da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), do **Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA)** e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

De acordo com Ofélia Silva, chefe do escritório do Unicef no Maranhão, o alcance de 100% de adesão no estado é a primeira conquista maranhense nesta nova edição do Selo Unicef, resultado de um esforço conjunto.

"Ter 216 municípios maranhenses fazendo parte do Selo Unicef é algo inédito. A parceria com o Governo do Estado do Maranhão assegurou que a gente tivesse uma equipe fantástica de pessoas de todas as secretarias de estado, que trabalham nas regionais, juntando-se a nós na mobilização, com dedicação, com suas habilidades e competências", afirma Ofélia Silva. "O resultado vem de um esforço coletivo institucional e esta conquista merece ser celebrada por todos do Maranhão", completou.

Com a adesão à iniciativa, os municípios passam a ser acompanhados pelas equipes do Unicef e do parceiro implementador, o Instituto Formação, para a realização de ações que visam melhorar a vida de crianças e adolescentes no estado. Ao longo de quatro anos, as gestões municipais terão acesso a formações, conteúdos programáticos, acompanhamento de seus indicadores sociais e de planos de ação municipais. Desse modo, a metodologia estratégica visa o fortalecimento de políticas públicas que gerem resultados sistêmicos, além do monitoramento e a avaliação dos resultados.

"As atividades já começam nas próximas semanas. Até o final deste ano, vamos realizar as primeiras

capacitações, atividades de monitoramento, trabalhos com a Busca Ativa Escolar e preparação para o engajamento de adolescentes, jovens e lideranças dos municípios no planejamento municipal", relata Ofélia Silva. "Estaremos juntos com os municípios trabalhando na colaboração com toda a rede municipal de educação, de assistência social, de saúde, coletivo de adolescentes e jovens e todas as lideranças sociais", concluiu.

Para as capitais, o Unicef possui um programa específico, que é a Plataforma dos Centros Urbanos. Sendo assim, São Luís participará da Plataforma dos Centros Urbanos (que abrirá as inscrições em breve) e os demais 216 municípios do Maranhão do Selo Unicef.

Parceria

Em 2017, o governador Flávio Dino criou o Comitê Estadual de Apoio Técnico aos Municípios para certificação do Selo Unicef (Ceatam), por meio do Decreto nº33.113, com a finalidade de apoiar e incentivar os municípios a participarem do Selo. Integram este comitê as Secretarias de Estado: de Governo (Segov), da Saúde (SES), do Desenvolvimento Social (Sedes), da Educação (Seduc), das Políticas Públicas (Seepp), dos **Direitos Humanos** e Participação Popular (Sedihpop) e de **Relações Institucionais (SRI)**.

Para Marcos Pacheco, secretário de Estado de Políticas Públicas e articulador estadual do Selo Unicef, a união de todos para que os municípios maranhenses façam parte deste programa é em prol de um único objetivo: a melhora na qualidade de vida das crianças maranhenses. "Progressivamente o Maranhão tem melhorado a condição social de suas crianças. Não é da noite para o dia, mas é no dia a dia da educação, da saúde e da assistência que vamos avançando e cuidando da cidadania do amanhã", explicou Pacheco.

Já Erlanio Xavier, presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), destaca que o Selo Unicef é uma iniciativa muito importante que estimula e reconhece os avanços dos municípios nas políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes. "Por isso, parabenizamos todos os gestores que fizeram adesão à certificação atendendo

também a nossa mobilização e incentivo, fazendo o Maranhão alcançar cem por cento de municípios inscritos", comemorou.

Sobre o Selo Unicef

Maior projeto do Fundo das Nações Unidas (Unicef) no Brasil, ao aderir ao novo Selo Unicef, os municípios assumem o compromisso de desenvolver um conjunto de Ações Estratégicas de Políticas Públicas e de Participação Social. Elas têm o objetivo de promover os direitos das crianças e dos adolescentes.

No Maranhão, os municípios contam com o Instituto Formação, parceiro técnico no acompanhamento e monitoramento das atividades. A iniciativa acompanha os quatro anos de gestão municipal, com uma metodologia que inclui o monitoramento de indicadores sociais e a implementação de ações que ajudem o município a cumprir a Convenção sobre os Direitos da Criança, que no Brasil é refletida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), norteados também pela Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

Site: <https://omaranhense.com/todos-os-municipios-do-ma-fazem-adesao-ao-selo-unicef/>

Municípios do Maranhão aderem 100% ao Selo Unicef 2021-2024

Prefeitos e prefeitas de todo o Maranhão aderiram ao Selo Unicef (2021-2024).

A estratégia do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) incentiva a implementação de políticas públicas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, por meio de uma metodologia intersetorial nos municípios.

A implementação do Selo é encorajada por meio dos compromissos firmados pelo Unicef com o Governo do Estado do Maranhão, além do parceiro implementador, o Instituto Formação - Centro de Apoio à Educação Básica (FCAEB), e do apoio institucional da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), do **Ministério Público** do Estado do Maranhão (**MPMA**) e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

De acordo com Ofélia Silva, chefe do escritório do Unicef no Maranhão, o alcance de 100% de adesão no estado é a primeira conquista maranhense nesta nova edição do Selo Unicef, resultado de um esforço conjunto.

Para as capitais, o Unicef possui um programa específico, que é a Plataforma dos Centros Urbanos. Sendo assim, São Luís participará da Plataforma dos Centros Urbanos (que abrirá as inscrições em breve) e os demais 216 municípios do Maranhão do Selo Unicef.

A iniciativa acompanha os quatro anos de gestão municipal, com uma metodologia que inclui o monitoramento de indicadores sociais e a implementação de ações que ajudem o município a cumprir a Convenção sobre os Direitos da Criança, que no Brasil é refletida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), norteados também pela Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

Site: <https://upaonews.com/2021/08/10/municipios-do-maranhao-aderem-100-ao-selo-unicef-2021-2024/>

Operação Faz de Conta pode avançar sobre vereadores de São Luís; valor apurado chega a R\$ 19 milhões (Política)

Yuri Almeida

A quebra dos sigilos telemático, bancário e fiscal de alvos da Operação Faz de Conta começa a ter desdobramentos em outras apurações e pode alcançar vereadores e ex-vereadores da Câmara Municipal de São Luís.

Deflagrada em novembro de 2019 com objetivo de desarticular suposta organização criminoso especializada na prática de crimes de subtração de recursos públicos, falsidade documental e corrupção ativa e passiva, a investigação avançou e se debruça agora sobre movimentações financeiras suspeitas que chegam R\$ 19 milhões.

O valor é mais de 100% maior do que o inicialmente apurado, R\$ 1,7 milhão.

Na época da operação, embora não tenham sido alvo de nenhum dos mandados expedidos de prisão temporária nem de busca e apreensão, alguns parlamentares chegaram a entrar com pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça do **Maranhão**.

Além de inquérito policial que tramita na 1ª Vara Criminal de São Luís, privativa para processamento e julgamento dos crimes de organização criminoso, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, o **Gaeco**, trabalha em pelo menos outras três apurações paralelas relacionadas à possível falsificação do Atestado de Existência e Regular Funcionamento, supostamente expedidos pela 2ª Promotoria de Fundações e Entidades de Interesse Social.

Segundo as investigações, a Semdel (Secretaria Municipal de Desportos e Lazer), atualmente ocupada pelo ex-vereador Ricardo Diniz (DEM), teria sido utilizada pelo grupo para escoar os recursos públicos por meio de convênios assinados entre a Prefeitura de São Luís, então sob Edivaldo Holanda Júnior (PSD), e três associações privadas de interesse social: Instituto Periferia, Instituto Renascer Social e Associação de Moradores do Sacavém.

O próprio Diniz, quando vereador, destinou recursos

para um dos investigados.

Todo o dinheiro movimentado, ainda segundo a apuração do **Gaeco**, é oriundo de emendas parlamentares de vereadores da capital, e pode ter sido repartido pelo suposto grupo criminoso da seguinte forma: 5% do valor à entidade social, 10% a 15% destinado ao projeto/contador e o restante dos recursos devolvido aos vereadores autores das emendas.

Site:

<https://atual7.com/noticias/politica/2021/08/operacao-faz-de-conta-pode-avancar-sobre-vereadores-de-sao-luis-valor-apurado-chega-a-r-19-milhoes/>

Escolas comunitárias de São Luís agonizam por atraso de mais de sete meses no pagamento do Fundeb

A indignação dos dirigentes das escolas comunitárias é com o atraso de mais de sete meses sem o devido repasse, que é de responsabilidade da Prefeitura de São Luís. Os membros das entidades afirmam que já foram feitos todos os trâmites legais exigidos pelo **Ministério Público** Estadual (MPE) e pela Semed.

O blog apurou que o repasse do dinheiro às entidades está condicionado à regularização documental das instituições. No entanto, os representantes das escolas comunitárias alegam que não há informações precisas da Semed sobre o imbróglgio no atraso do pagamento aos profissionais da educação em tempos de pandemia da Covid-19.

Com a palavra o prefeito Eduardo Braide!

Site:

<https://blogdomariocarvalho.blogspot.com/2021/08/escolas-comunitarias-de-sao-luis.html>

Promotoria pede que prefeito de Porto Franco suspenda contratação da Servicol

A 1ª Promotoria de Justiça de Porto Franco pediu que o prefeito da cidade, Deoclides Macedo, suspenda imediatamente o contrato com a empresa Servicol - Serviços de Limpeza e Transporte Ltda avaliado em R\$ 3 milhões.

A Recomendação foi emitida pelo **promotor de Justiça**, Eduardo André de Aguiar Lopes, e publicada pelo site Enquanto Isso Maranhão.

A contratação sem licitação da Servicol foi baseada em um Decreto de calamidade pública editado pela gestão de Deoclides Macedo.

Eduardo Lopes argumenta que o contrato nada tem relação com a pandemia da Covid-19. "Considerando que o serviço de tapa buracos, além de não possuir contrato de aquisição de massa asfáltica própria, não possui qualquer previsão de situação de emergência que justifique".

Além disso, o representante ministerial afirmou que a Prefeitura cedeu de forma irregular uma pá mecânica à Servicol que deveria ser por esta locada, configurando desvio de utilização de bem público.

Em outro trecho da Recomendação, o Parquet pontua que a frustração ou fraude em processo licitatório configura ato de **improbidade administrativa** e que o prefeito poderá ser responsabilizado caso seja comprovado que houve o crime.

O promotor pediu que Deoclides promova imediatamente a suspensão do contrato e dos pagamentos à construtora.

Eduardo Aguiar requereu também que seja aberto um processo licitatório e que a Prefeitura se abstenha de usar o Decreto Municipal para realizar contratações sem licitação.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<https://www.netoferreira.com.br/poder/2021/08/promotoria-pede-que-prefeito-de-porto-franco-suspenda-contratacao-da-servicol/>

Justiça manda prefeitura de Bacabal interditar edifício Brasilar

A pedido do **Ministério Público** Justiça obriga a Prefeitura a interditar o Edifício Brasilar, retirando moradores e fechando as lojas existentes no prédio

A Justiça determinou que a Prefeitura de Bacabal deve promover a interdição do edifício Brasilar, no centro da cidade.

A decisão é decorrente de uma **Ação Civil Pública** com pedido de liminar ajuizada em 27 de janeiro de 2020 pelo **Ministério Público** de Bacabal em cuja petição inicial assinada pelo Promotor Henrique Helder de Lima Pinho pediu sentença de obrigação de fazer ao município de Bacabal para providenciar desocupação do Edifício Brasilar, "tendo em vista se tratar de área de risco iminente"

O Pedido foi indeferido, em maio de 2020, por decisão do juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Bacabal, João Paulo Mello.

O juiz baseou sua decisão no argumento do cenário de pandemia da Covid19 e a situação de calamidade gerada naquele momento pela enchente do Rio Mearim, assinalando na decisão: "Reputo que situação presente não recomenda o desalojamento, por determinação judicial, de dezenas de famílias, tampouco maior oneração do erário municipal, de modo que indefiro a medida pleiteada".

Tribunal de Justiça reformou a decisão

O **Ministério Público** interpôs um Agravo de Instrumento ao Tribunal de Justiça do Maranhão para reformar a decisão do juiz de Bacabal e pedindo a concessão da tutela antecipada.

O recurso foi apreciado pelos desembargadores da 3ª Câmara Cível, que decidiram pela concessão da liminar determinando ao Município de Bacabal, que remova os moradores e comerciantes do Edifício Brasilar e promova a interdição do prédio. O Acórdão do Tribunal estabelece que a decisão deve ser cumprida "sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), limitada a incidência a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), bem como sob pena de responder o Chefe do Executivo Municipal por crime de responsabilidade (art. 1º, XIV do Decreto Lei nº 201/1967) e responder por **improbidade administrativa**, nos termos do art. 11, caput, da Lei

Federal nº 8.429/1992".

O Edifício Brasilar

Construído no ano de 1985 o Edifício Brasilar está localizado na Avenida Getúlio Vargas, no centro da cidade. A estrutura compreende o térreo e mais 3 pavimentos. No térreo estão instaladas 4 lojas e cada pavimento possui 18 apartamentos para uso residencial.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<https://www.netoferreira.com.br/poder/2021/08/justica-manda-prefeitura-de-bacabal-interditar-edificio-brasilar/>

Lixão têm tirado o sossego da população

Em Codó, o lixão da cidade têm tirado o sossego da população.

TAGS: BOMBEIROS, MPMA

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/08/10/TVMIRANTEAFG>

LOBOSOLUSMA-06.34.45-06.39.32-1628590661.mp4

Um vereador denuncia caos na saúde em Cajazeiras

Alberto Barros

Um vereador da base aliada informou que em Cajazeiras as pessoas que precisam de atendimento médico precisam se deslocar para a cidade de São João do Soter.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/08/10/RDIOFCFM965C>

ODMA-07.18.26-07.20.38-1628596122.mp3

MARANHÃO IMPERATRIZ: Segundo envolvido no assassinato do médico Bruno Calaça é preso

Marcial Lima

A Polícia Civil do Maranhão (PC-MA) prendeu na tarde desta segunda-feira (9) o bacharel em direito, Ricardo Barbalho, um dos suspeitos de participar da morte do médico Bruno Calaça Barbosa, em Imperatriz, no último dia 26 de julho. Segundo a polícia, ele já tinha a prisão preventiva decretada e se entregou na delegacia. Ricardo Barbalho aparece nas imagens levando o soldado da Polícia Militar, Adonias Sadda, para tirar satisfação com a vítima. Adonias Sadda está preso em Imperatriz desde o dia 27 de julho. Em dois depoimentos à polícia, ele afirmou que o tiro disparado contra o médico foi acidental. Entretanto, o laudo do exame do corpo de delito feito no soldado desmentiu a versão apresentada pelo PM. Outro homem suspeito de envolvimento com o crime, o empresário Waldek Carvalho também teve a prisão preventiva decretada pela polícia. Até o momento, ele não foi localizado e segue foragido.

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/08/10/RDIOMIRANTEA>
[M600SOLUSMA-06.15.01-06.17.39-1628588609.mp3](#)**

Policiais civis são acusados de roubo e agressão por moradores de Grajaú

Marcial Lima

A Polícia Civil em uma operação no povoado Alto do Coco, foi acusada de furtar mais de 12 mil reais que estava em um colchão. Além da acusação dos furtos, os policiais também foram acusados de agredir um idoso e uma criança. A nota que denuncia os policiais foi lançada nas redes sociais.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/08/10/RDIOMIRANTEA>

M600SOLUSMA-05.11.25-05.17.56-1628587028.mp3

Passeata é realizada em Imperatriz com o objetivo de alertar sobre a violência contra as mulheres

José Carlos

A Praça de Fátima foi o local escolhido para concentrar os participantes da primeira caminhada realizada pela Secretaria do Estado da Mulher. Nesse dia ocorreu o lançamento da campanha "Todos por elas. Se causa dor, não é amor" e também os 15 anos da lei Maria da Penha. A ação é alusiva ao Agosto Lilás.

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2021/08/10/RDIOSINALVER
DEFMCAXIASMA-06.26.12-06.31.18-1628597728.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2021/08/10/RDIOSINALVERDEFMCAXIASMA-06.26.12-06.31.18-1628597728.mp3)**

Operação da Polícia Civil prende suspeitos de tráfico de drogas em Coroatá

José Carlos

Foram mais de 20 viaturas da Polícia Civil, divididas por vários bairros em Coroatá. Segundo as informações, essa operação começou com a prisão de uma mulher na Vila da Bandeira. Os suspeitos foram presos por várias acusações e dentre elas tráfico de drogas.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/08/10/RDIOSINALVERDEFMCAXIASMA-06.04.20-06.06.29-1628597048.mp3>

Delegado é encontrado morto dentro da sede da Polícia Federal

Foto: Reprodução

O delegado Gastão Schefer Neto, de 48 anos, foi encontrado morto na sede da Polícia Federal (PF) de Caxias do Sul, na Serra do Rio Grande do Sul, nessa segunda-feira (9). De acordo com a assessoria da PF, o caso está sendo tratado como suicídio .

A investigação sobre as circunstâncias do óbito ficará a cargo da própria instituição, já que o óbito ocorreu dentro de uma delegacia.

Natural do Paraná, Schefer estava trabalhando em Caxias do Sul desde o final junho.

Em 2020, o delegado foi chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos**.

Gastão Schefer Neto concorreu ao cargo de deputado federal pelo Paraná duas vezes. Em 2018, pelo PSL, recebeu 4.670. Já em 2014, pelo PR (hoje PL), o delegado conquistou 23.239. Em ambas as ocasiões, não foi eleito.

Nas redes sociais, sindicatos de delegados e policiais federais do Rio Grande do Sul e do Paraná lamentaram a morte de Schefer.

"O SINPEF/RS comunica, com profundo pesar, o falecimento do DPF GASTÃO SCHEFER NETO, lotado na SR/PF/PR, durante missão na Delegacia de Caxias do Sul/RS. Ele foi empossado em 2002 na PF como Escrivão, com lotação em Caxias. Nossas condolências à família e aos amigos neste momento de dor."

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/08/10/delegado-e-encontrado-morto-dentro-da-sede-da-policia-federal/>

Delegado é encontrado morto dentro da sede da Polícia Federal

Portal CN1

Polícia

? Portal CN1 on 0 Comment

Compartilhar

Fonte: Portal Meio Norte

O delegado Gastão Schefer Neto, de 48 anos, foi encontrado morto na sede da Polícia Federal (PF) de Caxias do Sul, na Serra do Rio Grande do Sul, nessa segunda-feira (9). De acordo com a assessoria da PF, o caso está sendo tratado como suicídio.

A investigação sobre as circunstâncias do óbito ficará a cargo da própria instituição, já que o óbito ocorreu dentro de uma delegacia.

Em 2020, o delegado foi chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos**.

Dois anos antes, em 2018, Gastão Schefer Neto incitou uma confusão contra apoiadores do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em Curitiba, de acordo com a Polícia Militar (PM) paranaense. O delegado teria empurrado e derrubado equipamentos de som de um acampamento, quando Lula estava preso na Superintendência da PF. Na época, tanto o agente quanto os apoiadores do ex-presidente chegaram a registrar boletim de ocorrência na Polícia Civil.

Gastão Schefer Neto concorreu ao cargo de deputado federal pelo Paraná duas vezes. Em 2018, pelo PSL, recebeu 4.670 votos. Já em 2014, pelo PR (hoje PL), o delegado conquistou 23.239 votos. Em ambas as ocasiões, não foi eleito.

Nas redes sociais, sindicatos de delegados e policiais federais do Rio Grande do Sul e do Paraná lamentaram a morte de Schefer.

Nota do Sindicato dos Policiais Federais do RS

O SINPEF/RS comunica, com profundo pesar, o falecimento do DPF GASTÃO SCHEFER NETO,

lotado na SR/PF/PR, durante missão na Delegacia de Caxias do Sul/RS. Ele foi empossado em 2002 na PF como Escrivão, com lotação em Caxias. Nossas condolências à família e aos amigos neste momento de dor.

Nota do Sindicato dos Delegados da PF no PR

Neste momento de dor, nos solidarizamos em oração para que Deus conforte o coração de sua família e amigos neste momento difícil.

Site: <https://www.portalcn1.com.br/2021/08/delegado-e-encontrado-morto-dentro-da.html>

Agosto Lilás o mês do combate a violência contra mulher

Tainara Oliveira

Neste mês o agosto Lilás também se comemora o aniversário de 15 anos da lei Maria da Penha, na luta por relacionamentos mais harmoniosos.

Tags: Lei Maria da Penha, violência domestica, agosto lilás

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/08/10/RDIOGUANARFM1059CAXIASMA-06.42.34-06.45.50-1628595759.mp3>